



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATI

PROJETO DE LEI Nº /2025.

LEI Nº _____ de _____ de 2025.

Autoriza o Poder Executivo a contratar em caráter temporário e de excepcional interesse público, na forma do art. 37, inc. IX da Constituição Federal e do art. 232 da Lei Municipal 017/2001 – Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Itati, os servidores que menciona e dá outras providências.

MADALENA TRISCH RAPACK, Prefeita Municipal de Itati, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte L E I:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar, em caráter temporário e de excepcional interesse público, na forma do disposto no art. 37, inc. IX, da Constituição Federal e do art. 234, da Lei Municipal nº 017/2001 – Regime Jurídico dos Servidores Públicos de Itati, pelo período

de até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, os seguintes servidores:

Função	Vagas	Carga Horária Semanal	Vcto. Mensal
Almoxarife	01	40h	R\$ 1.698,83
Assistente Social	01	30h	R\$ 3.307,50
Carpinteiro	01	40h	R\$ 2.549,78
Coordenador de Sistemas Sociais	01	40h	R\$ 3.116,30
Farmacêutico	01	40h	R\$ 4.410,02
Farmacêutico	01	20h	R\$ 2.204,99
Jardineiro	03	40h	R\$ 2.549,78
Leiturista	01	40h	R\$ 1.510,92
Médico Clínico Geral	02	08h Plantão	R\$ 1.321,59
Médico Clínico Geral	01	20h	R\$ 10.449,46
Médico Neurologista	01	08h Plantão	R\$ 1.764,12
Médico Psiquiatra	01	08h Plantão	R\$ 1.764,12
Médico Urologista	01	08h Plantão	R\$ 1.764,12
Motorista Categoria B	02	40h	R\$ 1.698,83
Motorista Categoria D	05	40h	R\$ 1.698,83
Oficineiro de terapias integrativas para mulheres	01	25h	R\$ 2.172,02
Operador de Máquinas	03	40h	R\$ 2.360,89
Operador de Trator Agrícola	02	40h	R\$ 2.360,89
Operário	04	40h	R\$ 1.312,59
Pedreiro	02	40h	R\$ 2.549,78
Servente	03	40h	R\$ 1.312,59
Técnico em Edificações	01	40h	R\$ 3.116,30
Telefonista/Recepcionista	01	40h	R\$ 1.312,59

Parágrafo Único – Todos os contratados serão chamados através de Processo Seletivo Simplificado-PSS, a ser realizado pelo Município nos termos do Decreto Municipal nº 11/2018.

Art. 2º - As contratações descritas no art. 1º serão efetivadas através de Contrato Administrativo por tempo determinado.

Parágrafo Único – O contrato firmado entre as partes poderá ser rescindido antes do término previsto, no caso de nomeação de candidatos aprovados em concurso público para os mesmos cargos ou extinção dos motivos que geraram a contratação emergencial autorizada pela presente lei.

Art. 3º - A remuneração paga pela contratação de que trata o art. 1º, obedecerá a tabela de vencimentos correspondente aos padrões do quadro de pessoal efetivo, com a mesma carga horária, nos termos do Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos – Lei 044/2001.

Art. 4º - As contratações da presente lei visam atender a situação emergencial criada em razão da vigência de decisão liminar no processo judicial nº 163/1.12.0000500-8 que determinou a vedação de nomeações do concurso público Edital nº 01/2011 e da impossibilidade de realização de novo concurso até o trânsito em julgado da presente ação, bem como em razão de aposentadorias e falta de aprovados em concurso público para o preenchimento das vagas existentes.

Art. 5º - As despesas decorrentes da aplicação da presente lei correrão a conta das dotações próprias constantes do orçamento vigente.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ITATI, em 06 de janeiro de 2025.

Madalena Trisch Rapack
Prefeita Municipal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATI

JUSTIFICATIVA

É com satisfação que cumprimentamos Vossa Excelência, bem como aos demais Vereadores, oportunidade em que o Poder Executivo Municipal está remetendo para a devida apreciação e deliberação desta Casa Legislativa, o projeto de lei que Autoriza o Poder Executivo a contratar em caráter temporário e de excepcional interesse público, na forma do art. 37, inc. IX da Constituição Federal e do art. 232 e seguintes, da Lei Municipal 017/2001 – Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Itati, durante o período de férias escolares até o início do ano letivo, os servidores que menciona.

A administração municipal está propondo, pelo presente projeto de lei, que sejam autorizadas as contratações emergenciais necessárias, para sanar a situação emergencial criada em razão da vigência de decisão liminar no processo judicial nº 163/1.12.0000500-8, que determinou a vedação de nomeações do concurso público Edital nº 01/2011 e da impossibilidade de realização de novo concurso até o trânsito em julgado da referida ação, bem como em razão de aposentadorias e falta de aprovados em concurso público para o preenchimento das vagas existentes.

Assim sendo, temos a certeza da compreensão dos nobres vereadores em face a atual situação do Município, com a aprovação do presente projeto de lei.

Atenciosamente.

Madalena Trisch Rapack
Prefeita Municipal